

---

# MEMÓRIAS DO EXÍLIO E O TESTEMUNHO COMO RESISTÊNCIA

Danielle Fullan<sup>1</sup>

**Resumo:** O exílio foi utilizado pela ditadura civil-militar brasileira como um ato punitivo, mas, para muitas pessoas contrárias ao regime de opressão, ele também foi a única alternativa de fuga das ações repressivas. O objetivo deste artigo é observar os modos de produção e de representação da resistência presentes no livro *Memórias do Exílio, Brasil 1964 - 19???: De muitos caminhos* (1976). Para essa empreitada, nosso arcabouço teórico conta com as proposições de Pedro Fornaciari Grabois e Rodrigo de Castro Orellana a respeito do conceito de poder e resistência em Michel Foucault; Eurídice Figueiredo no que concerne a produção literária realizada durante a ditadura civil-militar brasileira. No que diz respeito à narrativa testemunhal e seu papel como política de resistência, utilizaremos os trabalhos de Márcio Seligmann-Silva e Beatriz Sarlo.

**Palavras-chave:** resistência; ditadura civil-militar; testemunho; memória; exílio.

**Abstract:** During the civic-military dictatorship in Brazil exile arose as a punitive action, but for many people who were against the oppressive regime, leaving homeland was also the only alternative to escape repression. The aim of this work is to observe the modes of production and representation of resistance presented in the book *Memórias do Exílio, Brasil 1964-19??: De muitos caminhos* (1976). Our theoretical framework is based on the works of Pedro Fornaciari Grabois and Rodrigo de Castro Orellana, regarding the concepts of power and resistance in Foucault's theories; Eurídice Figueiredo concerning the literary production during the Brazilian civic-military dictatorship. With reference to the testimonial narrative and its role as a politics of resistance, we will use the works of Márcio Seligmann-Silva and Beatriz Sarlo.

**Keywords:** resistance; civil-military dictatorship; testimony; memory; exile.

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (Poslit) da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: danifullan@gmail.com

## Introdução

Se recorreremos ao auxílio do dicionário em busca de uma definição do termo “resistência”, ele nos apresentará diferentes acepções, algumas delas bastante significativas para o campo de estudos de literatura de resistência. A primeira refere-se à qualidade do que resiste a uma ação externa; a segunda aponta para a defesa própria do que luta contra os elementos externos; a terceira faz menção à luta sustentada contra uma ação enérgica de força armada ou contra um ataque; e, por último, força que anula os efeitos de uma ação destrutiva.

Todas essas definições são relevantes para pensar nas representações literárias enquanto modos de expressão da resistência contra atos de violência e violação dos direitos humanos ao longo de toda a história brasileira. Neste artigo, temos como pano de fundo o contexto da ditadura civil-militar, que oprimiu e subjugou aqueles que se opuseram abertamente contra o Estado de exceção. Nosso olhar tem como ponto de partida o livro *Memórias do Exílio, Brasil 1964- 19???: De muitos caminhos* (1976), projeto coletivo que reúne testemunhos de brasileiros que atuaram na resistência à opressão e que, por isso, precisaram partir para o exílio.

Procuramos identificar os modos de produção e de expressão de resistência presentes na obra em dois níveis: primeiro, pensando no papel sociopolítico dos realizadores do projeto e das testemunhas nas lutas contra a ditadura civil-militar brasileira. Num segundo momento, procuramos observar a manifestação da resistência presente tanto no texto introdutório da obra quanto nos relatos testemunhais.

### Onde há opressão e subjugação, deverá haver resistência

Para identificar os modos de expressão da resistência na produção cultural precisamos recorrer ao trabalho de Foucault, buscando compreender a relação entre as formas de resistência e as configurações de exercício do poder. Grabois (2011) lembra que, para o intelectual francês, o poder é entendido como uma capacidade de ação de sujeitos independentes e livres sobre outros sujeitos independentes e livres. Além disso, ele provém de todos os lugares, por isso, não podemos pensar nesse termo como uma estrutura ou uma instituição, mas como “uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (GRABOIS, 2011, p. 89).

Apesar de se constituir a partir de correlações de força e domínio que toma corpo nas hegemonias sociais, formulações de leis e dentro dos aparelhos estatais, Foucault acredita na possibilidade de modificar essas estratégias de dominação, pois o poder existe em uma relação de imanência com a resistência. Retomando o pensamento foucaultiano, Grabois (2011) destaca que esses focos de resistência encontram-se distribuídos de modo irregular no tempo e no espaço, atravessando “as estratificações sociais e as unidades individuais, podendo provocar o levante de grupos ou indivíduos” (GRABOIS, 2011, p. 11).

Para resistir também é necessário que essa resistência seja tão móvel, inventiva e produtiva como o poder. Retomando as formulações de Foucault, Grabois alerta que os focos de resistência não se constituem apenas como uma recusa ou reação àquilo que é dito pelo

poder. A contraconduta incluiria ainda a capacidade dos grupos e indivíduos de criação política e de estratégias que modifiquem as relações de poder e a forma como esse poder se exerce. Valendo-se uma distinção do próprio Foucault sobre os três tipos de luta social Grabois (2013) cria uma definição sobre as principais contracondutas do presente:

as que fazem frente às formas de dominação (étnica, social e religiosa); as que contestam as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem; e as lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão, que enfrentam tudo aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete aos outros (GRABOIS, 2013, p. 56).

Seriam, portanto, contracondutas que têm o objetivo de exigir necessidades fundamentais à vida e o direito à diferença. Um ponto em comum dessas lutas seria a oposição a todas as formas de poder que buscam assujeitar o indivíduo a uma estrutura totalizante seriam a recusa “à violência exercida pelo Estado econômico e ideológico, que ignora quem nós somos individualmente”, bem como uma recusa à “inquisição científica ou administrativa que determina nossa identidade” (GRABOIS, 2011, p. 57).

Ainda na esteira do pensamento Foucaultiano, Orellana (2012) acredita que a ética da resistência proposta por Foucault está diretamente relacionada a uma filosofia da liberdade. Essa liberdade existe mesmo nos espaços de sujeição como “um esforço de desprendimento da identidade a nós imposta” (ORELLANA, 2012, p. 42). Logo, a produção da subjetividade como foco de resistência pode operar como uma arma de luta a partir da relação que o indivíduo estabelece consigo mesmo e no exercício de sua própria liberdade. O ápice dos pontos de resistência se daria a partir do enfrentamento dos mecanismos de sujeição e da escrita da diferença sobre a linguagem do poder.

Orellana (2012) também lembra que, mesmo que não seja possível unificar uma dissidência sob uma proposta universal, o pensamento tem a função vital “para identificar territórios em que se desenvolvem formas de resistência” (ORELLANA, 2012, p. 57). Para o referido autor, mesmo que careçam de um programa, essas lutas de resistência servem para apontar uma das singularidades da análise foucaultiana de resgate da dimensão de nossa própria dor:

A violência exercida sobre nós, segundo o filósofo, está cada vez mais sobreposta e encoberta. O intolerável é “invisível” e ocorre como consequência de determinada familiaridade, ou de certa conotação de necessidade que a ele é atribuído (ORELLANA, 2012, p. 59).

Portanto, confrontar essa normatização da violência sobre os indivíduos é infringir esse sistema de opressão. Nesse sentido, podemos pensar que todo o trabalho que propõe olhar para essas violências, acaba adquirindo também um propósito de resistência.

## Golpe, oposição, violência e exílio: poder e resistência durante a ditadura civil-militar

O caráter plural de construção das relações de poder observado por Foucault pode ser visto na própria estruturação do golpe civil-militar em 1964. De acordo com Souza (2018), a conquista pelo controle do Estado Brasileiro só foi possível graças à reunião de diferentes atores em torno de duas frentes: o anticomunismo e a rejeição ao empoderamento das classes populares que se constituíam a partir das políticas propostas por João Goulart. Ainda segundo o referido autor, a pouca resistência dos setores organizados surpreendeu até mesmo os arquitetos do golpe. Em *Memórias do Exílio*, Francisco Julião faz referência a esse momento em seu testemunho: “A vitória contra o regime constitucional foi tão fácil que eles mesmos não puderam acreditar! Não duvido que muitos se sentiram frustrados porque não encontraram resistência” (JULIÃO, 1976, p. 292).

Para Oliveira (2007) os focos de resistência apresentados a partir de 1964 se deram através das fissuras e brechas deixadas pelo Estado de exceção, elaborados principalmente a partir de práticas intervencionistas, especialmente as realizadas por operários, camponeses, estudantes, intelectuais e políticos progressistas. No entanto, essas ações levaram a reações.

Fullan (2019) lembra que uma ferramenta utilizada pelo regime militar para a centralização administrativa, social e política foi a implantação dos atos institucionais, normas de caráter constitucional expedidas entre os anos de 1964 e 1969. Esses atos também tinham o objetivo de tentar eliminar qualquer foco de resistência. Segundo Souza (2018), quando o movimento estudantil secundarista e universitário começou a se fortalecer como força política, conseguindo mobilizar uma ação com as massas, o Estado reagiu com o Ato Institucional número 5, “o golpe dentro do golpe”, restringindo ainda mais as liberdades civis e institucionalizando a violência de Estado.

O exílio foi mais um instrumento utilizado pelo governo brasileiro entre as décadas de 1960 e 1970 para excluir a resistência de determinados grupos de oposição. Diante do forte aparato repressivo, temendo prisões e torturas ou enfrentando acusações judiciais de subversão, muitas das figuras importantes nas disputas políticas e sociais que marcaram o período da ditadura civil-militar brasileira também precisaram recorrer ao exílio como solução para garantir sua segurança e a de seus familiares. Não há números precisos sobre o número de brasileiros exilados a partir de 1964, mas estimativas indicam que cinco a 10 mil brasileiros deixaram o Brasil entre 1964 e 1979.

Rollemberg (2009) assevera que o exílio era visto como punitivo e, ao mesmo tempo, um incômodo para o regime. O motivo, segundo a referida autora, seria a resistência exercida pelos exilados no exterior e as campanhas com a publicação de livros que denunciavam as violações de direitos humanos, que se tornaram mais comuns a partir de meados dos anos 1970, e ajudaram a contradizer a imagem que o regime desejava deixar impressa dentro e fora do país.

### Literatura, ditadura e resistência

Figueiredo (2017) dividiu a produção literária sobre a ditadura civil-militar em três fases. Convocando o trabalho de Leonor Arfuch e a ideia de temporalidades da memória, a

autora lembra que as memórias evocadas nessas obras são influenciadas pelos sujeitos que enunciam, pelo período em que foram escritas e pelo distanciamento temporal dos fatos aos quais ela se refere. Assim, “não se escreve, com efeito, sobre a ditadura da mesma maneira nos anos 1960, nos anos 1980 e no momento presente porque a experiência se transforma com o passar do tempo” (FIGUEIREDO, 2017, p. 47).

De acordo com a proposta apresentada, o primeiro período se estende de 1964 a 1979, ano da assinatura da lei da anistia; a segunda fase compreende as obras escritas de 1980 até o ano 2000; o terceiro momento inclui a produção literária realizada entre os anos 2000 e 2016. Para Figueiredo (2017), essa primeira leva é caracterizada por uma tônica prospectiva e utópica, ora distópica diante do fracasso dos projetos revolucionários. Na categoria de não ficção, a referida autora inclui ainda as correspondências de presos políticos, obras de jornalistas que recolheram testemunhos sobre as violências contra os opositores ao regime e os trabalhos de historiadores (FIGUEIREDO, 2017, p. 49).

Em seu levantamento, a supracitada autora verificou a proliferação dos relatos testemunhais apenas a partir do segundo período, com a diminuição da censura e o retorno de intelectuais que haviam partido para o exílio. Figueiredo (2017) também lembra a relevância da recolha de arquivos e testemunhos ocorridos especialmente entre os anos 1964 e 1979, como aquele realizado pelo grupo “Brasil: Nunca Mais”. Esse tipo de trabalho era considerado passível de punição, o que obrigava os envolvidos a adotarem estratégias para evitar a perseguição e o apagamento de arquivos.

Apesar de reconhecer a importância de arquivos e testemunhos que ocorreram, sobretudo, nesse primeiro período, a referida autora defende que apenas a literatura consegue representar o terror da ditadura civil-militar de 1964. Retomando os conceitos de história propostos por Walter Benjamin, Figueiredo (2017) afirma que apenas a ficção, por meio da liberdade composicional, pode evocar algo pensado, evocado, sentido ou sofrido por seus personagens diante da impossibilidade de recuperar o que aconteceu. A escrita objetiva seria homogeneizante, voltada para a narrativa de uma história linear, ao passo que a subjetividade da literatura resulta em uma escrita lacunar e fragmentária, mais propensa a despertar o *pathos* e provocar a compaixão dos leitores.

Não obstante, a autora reconhece o valor das produções não ficcionais para a elaboração de uma memória que ajuda a recuperar os vestígios do passado e a preencher as lacunas da história rasurada:

Todo livro — ficção ou depoimento —, todo filme — documentário ou ficcional —, toda obra de arte ou projeto museológico que contribua para a reflexão sobre os anos de chumbo no Brasil tem um enorme valor porque não se pode esquecer o que foi perpetrado, é preciso render tributo àqueles que lutaram pela utopia de um país mais justo e democrático (FIGUEIREDO, 2017, p. 35).

Essa relação entre o real, a escrita e o Estado de exceção presentes nas produções ficcionais também pode ser encontrada na produção testemunhal do período. Para Seligmann-Silva (2008), a produção testemunhal do século XX é integrante de uma complexa “política de memória” que pode ser relacionada ao pensamento político, criando um local

meta-reflexivo que age dentro e fora. Por um lado, ele pode ser reconhecido como uma atividade elementar, na qual aquele sujeito que narra visa estabelecer uma conexão com os outros, rompendo a ponte que os separa daqueles que não viveram a experiência traumática. Por outro lado, especialmente na América Latina posterior à década de 1960, os testemunhos passam a adquirir ainda um papel de denúncia e resistência às ditaduras.

Beatriz Sarlo também defende os testemunhos produzidos durante as ditaduras civis-militares latino-americanas como pontos de resistência. Ela lembra que nesses relatos:

O sujeito não só tem experiências como pode comunicá-las, construir sentido e, ao fazê-lo, afirmar-se como sujeito. A memória e os relatos de memória seriam uma “cura” da alienação e da coisificação. Se já não é possível sustentar uma Verdade, florescem, em contrapartida, verdades subjetivas que afirmaram saber aquilo que, até três décadas atrás, se considerava oculto pela ideologia ou submerso em processos pouco acessíveis à simples introspecção. Não há Verdade, mas os sujeitos, paradoxalmente, tornaram-se cognoscíveis (SARLO, 2007, p. 39).

Esse olhar para o relato testemunhal proposto pela referida autora se aproxima muito da ideia da produção da subjetividade como resistência, conforme aponta Orellana (2012) a partir dos estudos sobre o trabalho de Foucault. Ao testemunhar, os indivíduos que sofreram com as sevícias cometidas pelo regime de opressão deixam de assumir o campo simbólico de vítimas – portanto, assujeitadas ao poder – para adquirirem uma identidade mais plural e diversa, que foge aos rótulos totalizantes e autoritários.

## O testemunho, o exílio e a resistência

*Memórias do Exílio* é uma obra coletiva organizada por um grupo de exilados que vinha trabalhando em uma campanha sistemática para a conscientização de jornalistas, religiosos e oficiais dos governos no exterior sobre as violações dos direitos humanos cometidas durante a ditadura civil-militar. De acordo com Green (2010), essa rede de ativistas ajudou a forjar “uma imagem do Brasil sob o regime militar como país de tortura e terror” (GREEN, 2010, p. 301). Trata-se, portanto, de sujeitos que não apenas se opuseram ao Estado de exceção, como também participaram de iniciativas de denúncia da opressão e da violência.

A obra possui duas edições. O livro foi publicado em 1976 pela Editora Arcádia em Lisboa, enquanto a edição brasileira foi lançada dois anos depois pela Editora e Livraria Livramento LTDA. Logo, *Memórias* se enquadraria no conjunto da produção literária da primeira fase proposta por Figueiredo (2017).

O subtítulo “Brasil: 1964-19??” traz uma data incompleta, o que pode apontar para a incerteza desse grupo de exilados sobre a duração do regime militar, mesmo diante do abrandamento da censura que permitiu o lançamento da obra também no Brasil e com o fortalecimento do movimento a favor da anistia tanto dentro quanto fora do país. Por outro lado, “De muitos caminhos” aponta para o caráter não singularizante do material, a partir da recolha de testemunhos de exilados de diferentes trajetórias pessoais e políticas. Co-

brindo um vasto espectro de representações de modos de resistência, o livro traz relatos de membros dos movimentos operário, camponês, estudantil, parlamentar e cultural.

O trabalho é dividido em três partes intituladas, respectivamente: Entrevistas, Manuscritos e *Dossier* Frei Tito. As nove entrevistas foram realizadas a partir de dois pontos de partida: as mudanças e continuidades na vida dos entrevistados e o antes e depois do exílio. A segunda parte conta com 11 textos enviados pelos exilados em forma de depoimentos, cartas, poesias e contos. A última seção do livro traz um dossiê que relata parte do drama enfrentado pelo frei dominicano Tito de Alencar Lima, que culminou com seu suicídio no exílio.

No texto de introdução do livro, os organizadores Pedro Celso Uchôa Cavalcanti e Jovelino Ramos apresentam alguns objetivos que levaram à elaboração das memórias. O primeiro deles aparece no trecho intitulado “A ideia inicial”. Segundo os organizadores, o desejo de recolher os testemunhos dos exilados surge para atender uma necessidade de elaboração de uma memória cultural sobre o exílio durante a ditadura civil-militar brasileira.

Refletindo sobre o exílio, alguns de nós chegamos à seguinte conclusão: em condições marcadas por rupturas históricas tais como as que provocam o exílio, a memória coletiva tem de ser *feita* pois ela exige um esforço consciente de recuperação para uma cultura nacional (CAVALCANTI, RAMOS, 1976, p. 9, grifo original).

Nessa passagem podemos identificar o reconhecimento da experiência do exílio como constituinte do regime ditatorial vigente, marcado aqui como uma ruptura histórica, uma condição excepcional na trajetória sociopolítica brasileira. Já o trecho “a memória coletiva tem de ser feita” pode ser relacionado a uma ideia de dever ou política de memória, característico dos relatos testemunhais latino-americanos produzidos nas décadas de 1960 e 1970. Percebe-se a consciência da importância da narração da experiência subjetiva do expatriado para compor a representação histórica daquele período. Afinal, esse grupo reúne pessoas que estiveram diretamente ligadas aos focos de resistência no Brasil, testemunhando momentos importantes da luta contra a ditadura, como podemos observar no testemunho de Mariana V. Lisboa.

1968 é o ano do Edson Luís. Começou e não sentíamos nada diferente dos outros anos. Mas por que houve aquela explosão? Porque provavelmente já havia se acumulado muita coisa. De noite, após ser reconhecida a notícia do seu assassinato, os estudantes se reuniram na Câmara Legislativa pra velar seu corpo e impedir que a polícia o levasse. Mas já apareceram artistas, populares e no dia seguinte sai o enterro. A Cinelândia estava tomada e o governo teve que reconhecer que a oposição era bem grande, para reprimir a bala. Ninguém tinha previsto aquilo, e o povo se sentia solidário entre si, faixas pretas pendiam das janelas, e gritavam contra o governo: assassinos! Já na missa de 7º dia o governo pareceu resolver reprimir. E reprimir não toda a população, mas isolar os estudantes, que eram a parte mais exaltada. Decretaram feriado, esvaziaram o centro da cidade, retira-

ram as conduções e avisaram que não iriam permitir qualquer manifestação. Os tanques e metralhadoras tomaram posição no centro esvaziado. Na verdade não saiu nenhuma manifestação, mas a polícia provocou a massa na saída da Catedral, jogando os cavalos em cima e perseguindo por todos os lados. Mais uma vez um erro, pois a repercussão foi péssima (LISBOA, 1976, p. 240).

Aqui, o sujeito enunciador rememora o foco de resistência não organizada (“aquela explosão”, “a oposição era bem grande”) após a morte de Edson Luís e ilustra momentos de truculência do Estado, como o assassinato do estudante e o uso desproporcional da força para coibir as manifestações.

Também é interessante observar os desdobramentos desse sujeito enunciador. Na primeira parte do excerto ele se estabelece a partir do pronome pessoal plural “nós”, que coloca esse narrador como integrante de uma coletividade: “não sentíamos nada diferente dos outros anos”. No entanto, a partir da descrição dos acontecimentos seguintes ao assassinato de Edson Luís, esse sujeito enunciador se esconde. Como lembra Fiorin (2010), essa encenação elocutiva apagada do sujeito-narrador que se posiciona a partir do emprego da primeira pessoa do plural (nós) faz com que ele seja partícipe dessa coletividade e, simultaneamente, um porta-voz de outros indivíduos que também compartilharam coletivamente aquelas memórias.

Voltando ao paratexto, outro objetivo anunciado é o de desconstruir uma imagem pejorativa relacionada àqueles que foram obrigados a deixar o país e ficaram taxados como “maus brasileiros”.

O projeto *Memórias do Exílio* nasceu assim de uma preocupação com o passado, uma preocupação que, sendo típica de historiadores, é também comum entre exilados, excluídos que foram da vida pública de seu país. Mas o projeto é outrossim uma ponte para o futuro, um documento da presença ativa de gente atualmente marginalizada pela propaganda governamental com a pecha de ‘maus brasileiros’ (CAVALCANTI, RAMOS, 1976, p. 9).

Aqui, o projeto também é apontado como “um documento da presença ativa”, que parece querer sinalizar a continuidade das ações de resistência desse grupo mesmo distante do país natal. No excerto ainda é possível identificar uma crítica direta ao governo ditatorial brasileiro. A exclusão da vida pública em território nacional é, segundo os sujeitos enunciativos, consequência da intervenção militar. Além disso, há um reconhecimento da marginalização dos exilados resultante da propaganda realizada no país, o que pode ser uma referência ao lema “Brasil: ame-o ou deixe-o” divulgado nos principais veículos de comunicação da época.

A imagem pejorativa do exilado também era compartilhada pelos opositores ao regime que continuaram no Brasil e que criticavam aqueles que abandonaram voluntariamente a resistência no país, como mostra o testemunho de Juliana Rocha:

Faziam a diferença entre aqueles que ali estavam porque foram mandados sair do Brasil – “os representantes do proletariado brasileiro no exterior” – e os demais – “os que desertaram da luta” (ROCHA, 1976, p. 182).

A ideia de que esses testemunhos são uma tentativa de resistir à imagem negativa proposta pelo Estado de exceção e pelos opositores contrários aos exilados está presente em outros momentos desta introdução, como em “os brasileiros no exílio não estão fora, mas sim dentro da história do Brasil contemporâneo” (CAVALCANTI, RAMOS, 1976, p. 9). Para Green (2010, p. 306), essas narrativas pessoais também ajudaram a humanizar esses opositores que viviam no exterior e “retificaram imagens anteriores de comunistas e terroristas que o regime militar havia projetado no Brasil e no estrangeiro.”

Um terceiro objetivo assinalado pelos organizadores é o de aproveitar o espaço testemunhal para reflexões e autocríticas as ações de resistência adotadas nos planos individual ou coletivo, como nos testemunhos de José Barbosa Monteiro e Magno José Vilela:

Estou pronto a assumir tudo o que fiz até hoje, e ainda fazer muito mais. Se cometi algum crime, foi não ter feito o suficiente [...] Ilegalidade e violação dos direitos humanos quem faz são eles. É o poder da força usado pra massacrar nosso povo (MOREIRA, 1976, p. 119).

Progressivamente vi que a forma de luta da guerrilha urbana, no contexto e nas condições que foram feitas, era um erro político. Uma das provas seria a sua derrota militar, mas sobretudo sua derrota política. Porque o objetivo dessa forma de luta era justamente oferecer às massas populares uma alternativa política (VILELA, 1976, p. 217).

Embora esses dois fragmentos tenham uma resistência comum, a defesa do povo brasileiro, a reflexão sobre o projeto revolucionário de cada sujeito enunciador traz ponderações muito particulares. Isso confirma o quarto objetivo apresentado no paratexto que era o de “acumular memórias diversas sobre os mesmos fatos e problemas” (CAVALCANTI, RAMOS, 1976, p. 15). Nos relatos presentes no livro não há espaço para generalizações, pois os testemunhos se relacionam com o pensamento sociopolítico e cultural a partir de narrativas subjetivas que adotaram diferentes formas de luta.

Por fim, identificamos outro objetivo da obra que é a denúncia a violência. Destacamos aqui a terceira parte do livro que traz o exame clínico realizado por quatro médicos que examinaram o frei Tito de Alencar no dia 07 de dezembro de 1970, após uma série de torturas sofridas por ele enquanto estava detido no Presídio Tiradentes. A terceira parte conta ainda com a transcrição de um relato escrito pelo Frei Xavier Plassat “A tortura e morte de Tito”. O texto que fecha o dossiê é “Ele lutou contra a opressão”, escrito pelo chefe da clínica psiquiátrica que recebeu Frei Tito durante a sua estada em Lyon. Neste relato, Doutor Rolland reflete sobre o trauma da perseguição e da agonia que levou Tito a cometer o suicídio em 10 de agosto de 1974:

Tito descobriu algo que o separou radicalmente dos seus companheiros: a imagem inimaginável, monstruosa do homem, este torturador que o persegue, feito, no entanto, à mesma imagem que ele, da mesma carne, um compatriota, talvez um irmão, aparecendo sob um ódio quando se aferrava bestialmente a destruir sua presa... (ROLLAND, 1976, p. 364).

Nos materiais citados encontramos testemunhos que não foram realizados pelo sujeito que foi vítima da violência. Eles são testemunhas no sentido de *testis*, um narrador que ouviu ou presenciou o trauma enfrentado pelo dominicano após a prisão e as torturas. Aqui eles testemunham porque essa vítima não pode mais narrar sua própria experiência

No entanto, a terceira seção também apresenta uma carta-denúncia escrita por Frei Tito dirigida à Igreja Católica. Além de descrever sua experiência pessoal sobre a prisão e as torturas, ele traz o seu testemunho como *testis*, relatando a experiência de outros presos que também foram vítimas de violência.

É preciso dizer que o que aconteceu comigo não é exceção, é a regra. [...] A esperança desses presos coloca-se na Igreja, única instituição brasileira fora de controle estatal militar. Sua missão é defender e promover a dignidade humana. Onde houver um homem sofrendo, é o Mestre que sofre. É hora de nossos bispos dizerem um Basta às torturas e injustiças promovidas pelo regime, antes que seja tarde. A Igreja não pode omitir-se. As provas das torturas trazemos no corpo! Se a Igreja não se manifestar contra essa situação, quem o fará? Ou seria necessário que eu morresse para que alguma atitude fosse tomada? Num momento como esse o silêncio é omissão. Se falar é um risco, muito mais é um testemunho. (TITO, 1976, p. 351)

Esse narrador reconhece a instituição religiosa como um espaço detentor de poder e critica a postura adotada de omissão frente os relatos de vítimas da tortura. Aproveitando de sua identidade social de religioso, ele tenta construir uma ponte que ajude a reforçar a necessidade de reação às violações de direitos humanos sofridas pelos opositores à ditadura civil-militar. No excerto selecionado, podemos observar ainda a consciência desse sujeito enunciativo sobre a importância do testemunho como ferramenta de resistência no contexto de violência, ao mesmo tempo em que aponta para o risco do ato de testemunhar naquele período.

## Considerações finais

Próximo da conclusão do texto introdutório, os organizadores apresentam três críticas sofridas durante o desenvolvimento do livro. A primeira dizia respeito ao medo dos opositores ao regime militar de divulgar o testemunho sob o risco de que essa narrativa pudesse ser usada contra eles pelos órgãos de repressão. “Se riscos há, procuramos eliminá-los cuidadosamente. Mas o silêncio nunca seria a solução” (CAVALCANTI, RAMOS, 1976, p. 17).

A urgência em apresentar um projeto como esse ainda dentro do contexto da ditadura

e do exílio foi importante para reforçar o caráter de denúncia e confronto da normatização das violências e das restrições à liberdade que aconteciam no Brasil, colaborando ainda para o enfrentamento das imagens negativas desses militantes construídas pelo regime. Entendemos que a resistência ao silenciamento dessas testemunhas foi também uma contraconduta frente às formas de submissão e subjetivação que caracterizaram aquele período.

As duas outras queixas eram relacionadas ao caráter político da obra, por uns vista como política demais e, por outro lado, “ouvimos até que ‘este livro não vai derrubar a ditadura!’” (CAVALCANTI, RAMOS, 1976, p. 17). Essas críticas mostram a necessidade de refletirmos sobre o conceito de resistência presente nas produções culturais, tentando observar nesses materiais os modos de lutas possíveis dentro do seu espaço de produção e sua relação com o mundo. Ademais, como vimos em Márcio Selligmann-Silva e Beatriz Sarlo, os relatos testemunhais das décadas dos períodos ditatoriais têm um caráter político agindo em um entre-lugar entre as narrativas subjetivas e o pensamento sociopolítico.

Para além de uma discussão sobre qual seria o local na cultura mais propício para a representação de uma resistência e de uma memória sobre a ditadura, o importante é a existência desses diversos olhares que enriquecem um período violento e ainda muito obscuro da história brasileira. Entre a literariedade e a dimensão factual desses relatos testemunhais, estabeleceu-se uma forma de resistência possível dentro da experiência do exílio.

## Referências Bibliográficas

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Org.). *Memórias do Exílio: Brasil 1964-1976*. 1. De Muitos caminhos. Vol.1. Lisboa: Editora Arcádia, 1976.

FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

FIORIN, José Luiz. *As Astúcias da Enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 2010.

FULLAN, Danielle. Ditadura: questões conceituais. In: FULLAN, Danielle. *Narrativas de sobrevivência: a (re)construção da identidade no documentário “Que bom te ver viva”*. 2019. 173 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

GRABOIS, Pedro Fornaciari. As lutas e o primado da resistência. In: GRABOIS, Pedro Fornaciari. *Governo, resistência e práticas de subjetivação em Michael Foucault*. Dissertação, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2013, p. 56-62. Disponível em: [http://www.btd.uerj.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=6079](http://www.btd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6079); acesso em: 24 abr. 2021.

GRABOIS, Pedro Fornaciari. Resistência e revolução no pensamento de Michael Foucault: contracondutas, sublevações e lutas. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*. v. 19, n. 2, p. 07-27, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/55736>; acesso em: 25 jul. 2021.

GREEN, James. Exilados e acadêmicos: a luta pela anistia nos Estados Unidos. *Cadernos AEL*, v.17, n. 29, p. 298-310, 2010. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2604/2014>; acesso: 12 jul. 2021.

MARCELINO, Douglas Attila. *Salvando a pátria da pornografia e da subversão: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970*. Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGHIS, 2006.

MEMÓRIAS DA DITADURA. *Edson Luís de Lima Souto*. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/edson-luis-de-lima-souto/>; acesso: 20 ago.2021.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa de. *Corpos Indisciplinados: ação cultural em tempos de biopolítica*. São Paulo: Beca, 2007.

ORELLANA, Rodrigo de Castro. A ética da resistência. *Ecopolítica*. São Paulo, n.2, p.37-63, 2011-2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/9089>; acesso em: 25 jul. 2021.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia clínica*. Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pc/v20n1/05.pdf>; acesso: 11 ago. 2021.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. *Projeto História*. São Paulo, v. 30, p. 71-98, jan-jun, 2005. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2255/1348>; acesso em: 11 ago. 2021.

SOUZA, Rodrigo Basílio. Intolerância e Resistência: Análise de testemunhos dos combatentes à Ditadura Militar. *Perseu: História, Memória e Política - Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo*. São Paulo, n. 15, p. 183-206, 2018. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/270>>; acesso em: 22 ago. 2021.